



DIÁRIO DO JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016.

RS\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2016 A ABRIL/2017	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁽¹⁾ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.292.861.719,05	0,00
Pessoal Ativo	3.050.035.698,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.242.826.021,02	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.443.660.119,49	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	520.354.260,09	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽²⁾	896.908.252,23	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽³⁾	26.397.607,17	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.849.201.599,56	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.917.143.339,19	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	54.917.143.339,19	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.849.201.599,56	5,19
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	3.245.603.171,35	5,91
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	3.083.323.012,78	5,61
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.921.042.854,22	5,32

FONTE: SIAF/MG, Diretoria de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN/GECON, 12/05/2017, 10:38; RCL informada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

NOTA:

(1) - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

(2) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Férias-prêmio - R\$ 26.397.607,17

Desembargador HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Eduardo Henrique Alves de Paula, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária.



DIÁRIO DO JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016.
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

RS1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2016 A ABRIL/2017	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁽¹⁾ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.292.861.719,05	0,00
Pessoal Ativo	3.050.035.698,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.242.826.021,02	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	1.478.526.912,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ⁽²⁾	209.303.284,54	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽³⁾	1.242.826.021,02	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽⁴⁾	26.397.607,17	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.814.334.806,32	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.917.143.339,19	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	54.917.143.339,19	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.814.334.806,32	5,12
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	3.245.603.171,35	5,91
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	3.083.323.012,78	5,61
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.921.042.854,22	5,32

FONTE: SIAF/MG, Diretoria de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN/GECON, 12/05/2017, 10:38; RCL informada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

NOTA:

(1) - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Férias-prêmio - R\$ 26.397.607,17

Desembargador HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Eduardo Henrique Alves de Paula, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária.